

# CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

CNPJ nº 03.677.638/0001-50

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Bloco M, Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

### Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado por um período de estiagem muito forte na região Sudeste/Centro-Oeste, provocado principalmente pela falta de chuvas no primeiro trimestre do ano, o que não promoveu o reabastecimento dos reservatórios, gerando uma crise hídrica entre os meses de junho e setembro e forçando o uso de termelétricas. Ao mesmo tempo, foi possível verificar uma retomada gradual da economia, graças à liberação do comércio e indústria em todo o território nacional, por parte do governo. Graças a isso, em janeiro de 2022, a EPE (Empresa de Pesquisas Energéticas) apurou que, durante o ano de 2021, houve crescimento na carga do SIN de 5,0%. Isso acabou provocando o aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, levando-o ao limite superior de valor durante o período da crise.

Merece destaque ainda que, no final do ano de 2021, entre os meses de novembro e dezembro, diferentemente dos primeiros meses, houve uma grande recuperação dos índices de chuvas, principalmente devido à incidência do fenômeno La Niña, promovendo o reabastecimento dos reservatórios das principais bacias da região SE/CO, o que provocou forte queda nos valores do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no final do exercício. Com isso, ficou notável a grande volatilidade que o cenário hidroenergético sofreu no último ano. Ao final do mês de novembro de 2021, foi estimada a média de ajuste do MRE (GSF), de 72,9%, indicando assim déficit hidrológico ainda maior do que o registrado em 2020, que foi de 80,2%.

A Companhia realizou em março de 2021 o leilão 01-2021, que tinha como objetivo a aquisição de energia para o segundo semestre do mesmo ano, visando mitigar os riscos de exposição do MCP/ CCEE para o período seco do ano. O Hedge gerado com a compra realizada foi decisivo para amortecer os impactos da crise hídrica ocorrida no segundo semestre, trazendo consideráveis resultados positivos para empresa.

Ao longo de 2021, havia previsão de desembolso, para fins de aquisição de energia junto ao MCP/ CCEE de recursos financeiros disponíveis na ordem de R\$18.000 mil, porém, em razão das ações de acompanhamento e mitigação de riscos no mercado de curto prazo, foram desembolsados R\$14.855 mil que representou 82,53% do previsto, proporcionando uma redução do custo de aquisição de energia em 17,47%. O resultado desta operação possibilitou um bom ganho para a Companhia.

O principal ponto positivo do exercício de 2021, é o seu resultado. A Companhia obteve o maior e mais relevante resultado financeiro de sua história ao longo de 21 anos de atividades. Os números finais do fechamento de 2021 apontam que o lucro líquido alcançado foi 32,89% maior que o registrado anteriormente, totalizando R\$88.600 mil no ano, frente aos lucros de 2020 que fecharam em R\$66.672 mil (números antes da participação de Partes beneficiárias).

Outro ponto a ser destacado, é a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e Eletrobrás, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias. A CEB Lajeado está sujeita à tributação pelo regime de apuração de Lucro Real, com recolhimento do Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social - CSLL por estimativa mensal, ajustando-se no Balanço Anual o imposto devido. Os impostos PIS e COFINS são calculados diretamente sobre o faturamento, conforme previsto na legislação tributária.

Ao longo de 2021, a CEB Lajeado avançou consideravelmente no processo de adequação da Empresa à Lei 13.303/2016. Foram atualizados e implementados diversos documentos e normas, visando atender às determinações da referida Lei. Igualmente foram instalados mecanismos de transparência e governança, notadamente o CAE - Comitê de Auditoria Estatutário, além de outras providências legais que devem ser observadas pelas estatais, tais como: códigos de conduta, práticas de gestão de riscos, regras para divulgação de informações, constituição e funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal, além de outras formas de fiscalização e controle pelo Estado e pela sociedade. A Entidade aperfeiçoou de maneira significativa o seu plano de metas com uma série de normas internas criadas e aprovadas pela Diretoria Colegiada e ao cumprimento integral da Lei nº 9.991/2000, que trata sobre a obrigatoriedade de desembolsos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e no acompanhamento da Medida Provisória nº 998/2020, além do monitoramento contínuo do seu mapa de riscos, que tem como seus principais pilares a receita de venda de energia, as oscilações do custo de energia no MCP e a volatilidade no valor do contrato de arrendamento com a Coligada Investco S/A.

Em 2022, serão mantidos os aprimoramentos contínuos em todas as áreas da Companhia, melhorando os índices de desempenho e performance do negócio "Lajeado", contribuindo positivamente no impacto econômico e geração de valores para os controladores. Por fim, gostaríamos de agradecer aos parceiros, clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela confiança que depositaram na Companhia durante o exercício de 2021 e, em especial, aos membros Conselhos de Administração, Fiscal, ao Comitê de Auditoria Estatutário e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientados para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas a contribuir para tornar a Companhia uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

### A EMPRESA

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos termos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997, perdurando inicialmente até 15 de dezembro de 2032.

Em setembro/2021, a ANEEL editou a Resolução Homologatória nº 2932/2021, de 14 de setembro de 2021, que homologa o prazo de extensão de outorga para as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, no qual a UHE Luiz Eduardo Magalhães. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas Concessionárias, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

**A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:**

Consorticiadas - Joint Venture	Quota (%)
Lajeado Energia	72,27%
CEBLajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Referência: Contrato de Concessão no 05/1997.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a Neoenergia Brasília, por meio de um contrato bilateral regulado de compra e venda de energia (ACR), com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de hedge detalhada no item "Comercialização de Energia" deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente, da qual a CEB Lajeado é titular.

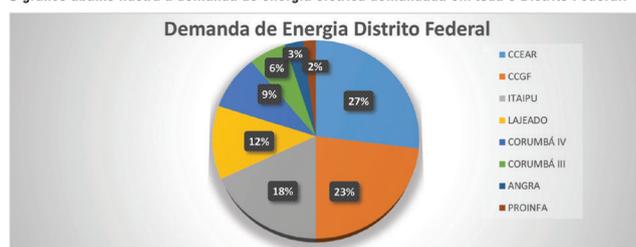
A receita da Companhia, em quase sua totalidade, é oriunda da venda de energia elétrica para a Neoenergia Brasília, do Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, do rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

Em 2021, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de aproximadamente 12% de toda a demanda utilizada pela Concessionária de Energia Elétrica "Neoenergia Brasília" no Distrito Federal, conforme demonstrado no quadro abaixo.

PRINCIPAIS FORNECEDORES - NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO S/A - 2021.							
1	2	3	4	5	6	7	8
CCEAR	CCGF	ITAIPIU	LAJEADO	CORUMBÁ IV	CORUMBÁ III	ANGRA	PROINFA
27%	23%	18%	12%	9%	6%	3%	2%

Referência: Neoenergia Distribuição S/A.

### O gráfico abaixo ilustra a demanda de energia elétrica demandada em toda o Distrito Federal.



Referência: Neoenergia Distribuição S/A.

### COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Vigente desde 2004, com a publicação da Lei no 10.848/2004, o modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente, o fornecimento de energia é regido pelo Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCAR). Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionários de distribuição de energia elétrica.

Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.

A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do "Consórcio Lajeado", com cota parte de 19,8%. Parte deste montante de energia é comercializado com a Neoenergia Brasília S.A., por meio de CCAR firmado em 2001. O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M, na data de reajuste tarifário da distribuidora.

Todos os contratos firmados no mercado são registrados na CCEE, que gerencia o lastro de energia destes e efetua, periodicamente, a contabilização, apurando o total comercializado de energia entre os agentes, da qual resulta a situação destes como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas.

Os resultados desta contabilização são objetos de liquidação financeira no mercado de curto prazo, resultantes do processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE. Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao preço de liquidação das diferenças (PLD). De forma estratégica, visando mitigar os riscos de exposição à volatilidade do PLD, os agentes definem suas estratégias, com o intuito de cumprir seus contratos de venda de energia, bem como de suas parcelas de garantia física.

Para definição das estratégias de comercialização da CEB Lajeado, além do acompanhamento constante das projeções e dos resultados de exposição ao MCP junto à CCEE, e, ainda, o cumprimento às regras legais de normativas da comercialização, a Superintendência de Geração, Comercialização e Novos Negócios (SGN) analisa variáveis inerentes ao mercado de energia, tais como: o preço de liquidação das diferenças - PLD e o GSF.

As projeções de mercado, especialmente em relação ao preço de liquidação das diferenças, tendo em vista que o comportamento do PLD pode apresentar oscilações expressivas, podem impactar nos volumes financeiros de crédito ou déficit. Assim como as projeções e o acompanhamento da garantia física das usinas, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), influenciam na definição do risco hidrológico, resultando no chamado ajuste do MRE (GSF), que impacta significativamente na exposição ao MCP.

A Companhia, visando proteger seu portfólio de energia, seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger ou mitigar o impacto da exposição financeira da energia no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2021, os impactos econômicos neste mercado.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

No decorrer de 2021, os cenários positivos que se apresentaram com as medidas adotadas tinham como finalidade mitigar os riscos no mercado de energia, resultando em ações que foram analisadas estrategicamente para evitar maiores impactos nos resultados econômico-financeiros, tais como compra de energia através de leilões, o que possibilitou, com essas medidas, excelentes ganhos no mercado, conforme quadro a seguir.

Receita com Energia - Mercado de Energia	2021	2020	2021/2020	R\$ (Mil)
Venda de Energia MCP - CCEE (a)	67.999	19.945	241%	
Variação Monetária (b)	318	782	-59%	
<b>Total</b>	<b>68.317</b>	<b>20.727</b>	<b>230%</b>	

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.



a) **Venda no MCP:** O aumento da receita perante a CCEE em 2021 se deve pelo aumento da geração de energia no âmbito do Mercado de Energia de Curto Prazo - MCP. Os saldos totais de R\$67.999 mil em 2021 e R\$19.945 mil em 2020, referem-se aos meses de janeiro a novembro, somados à estimativa mensal do mês de dezembro dos respectivos exercícios, contabilizados com base nas informações oficiais divulgadas pela CCEE.

b) **Variação Monetária:** O montante de R\$318 mil em 2021 e R\$782 mil em 2020, referem-se a ganhos financeiros na CCEE, sendo eles imputados pelo agente de mercado, apurados pela CCEE. Cabe ressaltar que a Companhia não possui qualquer gestão sobre este montante, sendo ele imputado diretamente aos agentes de mercado.

Custo com Energia - Mercado de Energia	2021	2020	2021/2020	R\$ (Mil)
Energia Elétrica MCP - CCEE (a)	81.480	31.849	156%	
Crédito de Pis e Cofins (b)	(7.357)	(2.946)	150%	
Créditos/Encargos de Energia (c)	(3.310)	(1.621)	104%	
<b>Total</b>	<b>70.813</b>	<b>27.282</b>	<b>160%</b>	

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.



a) **Energia Elétrica - MCP:** O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, R\$81.480 mil em 2021 e R\$31.849 mil em 2020. O mesmo deve ser analisado com a Receita de Venda do período, conforme o quadro demonstrado acima.

b) **Crédito de Pis e Cofins:** Os montantes de R\$7.357 mil em 2021 e R\$2.946 mil em 2020, com uma

variação positiva em 150%, referem-se ao crédito que a Companhia faz jus perante à Receita Federal, na alíquota de 9,25%, pela compra de energia elétrica para cumprimento de contrato de venda com a Neoenergia. Com isso, houve a possibilidade de abatimento no pagamento de Pis e Cofins.

c) **Créditos/Encargos CCEE:** Os montantes de R\$3.310 mil em 2021 e R\$1.621 mil em 2020, referem-se a créditos com a CCEE, objetos de ações, liminares, recontabilizações e inadimplências, sendo estes imputados e apurados pelo agente de mercado - CCEE. Cabe ressaltar que a Companhia não possui qualquer gestão sobre este montante.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração de Resultados - (Resumo)	2021	2020	2021/2020	(%)
(+) Receita Operacional Líquida - PROL (a)	240.925	166.716	44,51%	
(-) Custo com energia elétrica e operação (b)	(109.839)	(69.513)	58,01%	
<b>(=) Lucro Operacional Bruto</b>	<b>131.086</b>	<b>97.203</b>	<b>34,86%</b>	
(+/-) Receitas / (despesas) operacionais (c)	(6.121)	(4.156)	47,26%	
<b>(=) Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>124.965</b>	<b>93.047</b>	<b>34,30%</b>	
(+) Resultado Financeiro (d)	4.088	2.498	63,65%	
(=) Resultado antes das participações	129.053	95.545	35,07%	
(-) IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (e)	(40.453)	(28.873)	40,11%	
(-) Partes Beneficiárias	(8.860)	(6.667)	32,89%	
<b>(=) Lucro para distribuição (f)</b>	<b>79.740</b>	<b>60.005</b>	<b>32,89%</b>	

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.

Em relação ao Desempenho Econômico-Financeiro, destacam-se algumas considerações, conforme a seguir:

a) A Receita Operacional Líquida em 2021 obteve um resultado maior, em virtude das operações no mercado de energia elétrica, com uma alta em 44,51% em relação a 2020, corroborada pelo aumento da receita no último trimestre de 2021. Em virtude do reajuste tarifário referente ao contrato bilateral com a Neoenergia Distribuição e os ganhos perante o MCP.

b) O Custo com energia elétrica é formado pelos pilares (Arrendamento, Compra de Energia e Cust), além de outros custos e taxas voltados à operação do negócio, todos com capacidade de restituição de créditos tributários de Pis e Cofins. Em 2021, este montante foi impactado principalmente pela elevação na conta de compra de energia, onde o custo total sofreu uma elevação de 58,01% em relação a 2020.

c) Na rubrica de Receitas e Despesas sobre operação, a Companhia teve elevação, passando de R\$4.156 mil em 2020 para R\$6.120 mil em 2021, variando em 47,26%. Resultado que foi reflexo das operações entre partes relacionadas, variando em decorrência da redução do arrendamento. Ao mesmo tempo, proporcionou uma grande elevação no caixa da Companhia, que chegou aos maiores patamares alcançados em sua história. Em 2020 o ganho com equivalência foi de R\$6.888 mil, passando para R\$5.515 mil em 2021, em razão de ajustes no balanço da coligada Investco. Podendo ainda serem destacadas variações em serviços de terceiros, em despesas administrativas e reversões sobre provisões em litígios fiscais.

d) No que tange o resultado financeiro (Receita/Despesa), houve uma variação positiva em 63,65%, principalmente pelas receitas de aplicações financeiras e ganhos no mercado de energia elétrica. Os resultados com ganhos financeiros saltaram de R\$2.498 mil em 2020 para o montante de R\$4.088 mil em 2021.

e) Em relação à incidência do IRPJ e da CSLL, houve um aumento considerável na ordem de 40,11%, impactado pelo crescimento significativo das receitas de vendas de energia e ganhos no MCP durante exercício. Os resultados com as adições e exclusões, praticamente permaneceram com os mesmos patamares nos anos (2021/2020), ocorre que a base tributável foi relativamente maior com os bons ganhos relativos à venda de energia. De uma forma geral, todos esses aspectos impactaram significativamente a base de cálculo, chegando-se numa apuração de impostos naturalmente maiores a serem pagos.

f) Os lucros para distribuição, após a dedução das partes beneficiárias, sofreram uma considerável elevação chegando ao montante de R\$79.740 mil em 2021, frente aos R\$60.005 mil em 2020, com crescimento em 32,89%, com excelentes ganhos oriundos da venda de energia para a Neoenergia e, também, junto ao MCP. A receita bruta de R\$273.522 mil em 2021 e R\$191.374 mil em 2020, nota explicativa no. 19 nas Demonstrações Financeiras, obteve variação positiva em 42,93%. Estes excelentes ganhos permitiram a elevação do fluxo de caixa da Companhia, encerrados em 31/12/2021, com R\$121.217 mil, nota explicativa no. 3 nas Demonstrações Financeiras.



Cabe ainda ressaltar que a CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa "Energia para o Desenvolvimento". A execução orçamentária da Empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 85,7% de sua realização.

Exercício	2021	2020	2021/2020	(%)
(+) Dívida Bruta (a)	68.256	55.683	22,58%	
(-) Disponibilidades (b)	121.217	88.503	36,96%	
<b>(=) Dívida Líquida Total (c)</b>	<b>52.961</b>	<b>32.820</b>	<b>61,37%</b>	

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.

a) A Dívida Bruta atingiu R\$68.256 mil em 31 de dezembro de 2021, composta principalmente pelas obrigações tributárias, obrigações com acionistas, contas a pagar e encargos do setor, com uma variação de 22,58% em relação a 2020.

b) O Fluxo de Caixa da Companhia foi elevado, com acréscimo na ordem de R\$32.714 mil, variando em 36,96%. Este caixa foi corroborado pela elevação da receita de venda de energia, recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio e ganhos no mercado financeiro.

- O impacto com as saídas de recursos com compra de energia foi atenuado com a mitigação dos riscos de mercado, o custo com arrendamento foi inferior aos anos anteriores e os demais custos se mantiveram estáveis. O fluxo financeiro de 2020 foi finalizado com R\$88.503 mil em caixa. Em 2021 a companhia teve entradas na ordem de R\$225.607 mil e saídas de R\$192.893 mil, encerrando com um saldo em 31/12/2021 em R\$121.217 mil em caixa.

Exercício	2021	2020	2021/2020	(%)
Receita Operacional Líquida	240.925	166.216	+44,95%	
Lucro Líquido	79.740	60.005	+32,89%	
Ebitda	130.892	98.452	+32,95%	
Margem Ebitda	54,30%	59,40%	-8,59%	

Referência: Consultoria Contábil CEB Lajeado S/A.



## CONTINUAÇÃO

A Receita Operacional Líquida obtida em 2021 chegou ao montante de R\$ 240.925 mil, crescendo 44,95% comparados à ROL de 2020, que fechou em R\$ 166.216 mil. Por outro lado, o resultado operacional bruto - EBITDA (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das participações, depreciações e amortizações) - de 2021 foi de R\$ 130.892 mil crescendo em 32,95% em relação ao montante de R\$ 98.452mil, obtido em 2020. Por fim, em relação a margem EBITDA houve uma pequena redução em (-8,59%), dada elevação das deduções da receita bruta e aumento do IRPJ/CSLL.

## INVESTIMENTOS

Para os próximos anos estão previstos investimentos apenas na modernização e aquisição de novos equipamentos de informática e mobiliário para a Companhia, na esfera administrativa. Importante destacar que a Coligada Investco é responsável por todos os investimentos na usina, conforme previsto no contrato de arrendamento, além da operação e manutenção da UHE Luis Eduardo Magalhães, que está localizada na Cidade de Miracema do Tocantins - TO.

## FORÇA DE TRABALHO

A CEB Lajeado S.A. atenta em corresponder às expectativas do Controlador e, no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 11 colaboradores.

A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

Colaboradores - CEB Lajeado S/A.	
Quadro próprio	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	8
Contratados terceirizados	-
Requisitados da CEB IPES S.A.	2
Estagiários	1
<b>Total geral (Força de trabalho)</b>	<b>11</b>

Referência: RH CEB Lajeado S/A.

## RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Operador Nacional do Sistema - ONS; Agência Nacional

## CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado

de Energia Elétrica - ANEEL; Ministério de Minas e Energia - MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

## GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que estes possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócios da Empresa.

Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2021, destacam-se:

- Monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, acompanhando e adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo a aquisição de energia para reduzir exposição da empresa junto ao MCP/CCEE e, eventualmente, vender o excedente sempre que houver oportunidade de interesse da Cia;
- Controle e gestão dos contratos administrativos de interesse da empresa, observando a fiel aplicação da Lei 13.303 e demais normas internas da companhia;
- Aprimoramento dos controles internos, investimento em atualização e treinamento dos colaboradores, além de ajustes e adoção de novos mecanismos de mitigação de riscos;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); acompanhamento da Lei 14.120/2021; e
- Adoção de ações visando garantir a eficiência e a lucratividade crescente da empresa, no sentido de viabilizar o cumprimento de metas com a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias.

## PERSPECTIVAS E PLANOS FUTUROS

A CEB Lajeado S.A. segue dando continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2022 a 2026, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Intensificar o monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, avaliando e adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo aquisição de energia para reduzir exposição da empresa, e eventualmente venda de energia junto ao MCP/CCEE, sempre que necessários;

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhamento dos atos administrativos de prorrogação de extensão de outorga para a UHE Luis Eduardo Magalhães, conforme Resolução Homologatória ANEEL N° 2932/2021 de 14 de setembro de 2021, que defere ampliação de prazo na concessão;
- Reformulação, identificação e atualização do mapa de riscos para o ano calendário 2022;
- Acompanhamento dos litígios judiciais com impactos financeiros relevantes junto à Cia, notadamente lides que visam obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado para venda de energia; ações que visam neutralizar os impactos do risco hidrológico e ações tributárias cujo juízo encontram-se garantido;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar, atualizar e aprimorar a força de trabalho; e
- Dar continuidade às tratativas permanentes com os sócios do Consórcio, para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-lo às atuais condições de mercado, preservando os interesses da companhia.

## AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia declara que mantém contrato com a Teixeira & Associados Auditores Independentes ("Nexia Teixeira Auditores"), para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias e controles internos e com prazo de 5 (cinco) anos.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo CEB, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa deste segmento, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionais aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").  
Brasília, 31 de dezembro de 2021.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) - Versão Publicação Resumida

## AVISO AOS ACIONISTAS

Prezados Senhores,

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) <http://www.jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/>

b) <http://www.ceblajeado.com.br>

3) Os números das notas explicativas resumidas não fazem referências à aqui apresentada, e sim às demonstrações financeiras completas divulgadas nos links apresentados acima.

## BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	3	121.217	88.503	Contas a pagar	12	3.725	3.902
Concessionários e permissivos	4	21.069	16.253	Salários e encargos sociais	13	361	335
Caução em garantia CCEE	5	748	140	Obrigações tributárias	14	34.897	26.481
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	2.830	3.813	Obrigações com acionistas	15	27.799	18.292
Repactuação do Risco Hidrológico	7	1.214	1.214	Pesquisa e desenvolvimento	16	1.784	4.759
Outros créditos	8	118	1.537	Outras obrigações	17	1.104	838
		<b>147.196</b>	<b>111.460</b>			<b>69.670</b>	<b>54.607</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>				<b>Obrigações tributárias</b>			
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.582	1.539	Provisões para Litígios Fiscais	26	311	1.063
Repactuação do Risco Hidrológico	7	7.588	8.802			<b>629</b>	<b>1.076</b>
Outros créditos	8	2.481	2.081				
		<b>11.651</b>	<b>12.422</b>				
Investimentos	10	182.535	181.860	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>18</b>		
Imobilizado		461	114	Capital social		112.284	112.284
Intangível	11	64.756	70.643	Reserva de capital		151.225	151.225
		<b>259.403</b>	<b>265.039</b>	Reservas de lucros		72.709	57.279
				Ajuste de avaliação patrimonial		82	28
						<b>336.300</b>	<b>320.816</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>406.599</b>	<b>376.499</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>406.599</b>	<b>376.499</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2021	31/12/2020
<b>1 - Receitas</b>	<b>273.653</b>	<b>191.374</b>
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(102.605)</b>	<b>(53.036)</b>
<b>3 - Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>171.048</b>	<b>138.338</b>
<b>4 - Retenções</b>		
Depreciação	40	18
Amortização	5.887	5.887
	<b>5.927</b>	<b>5.905</b>
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)</b>	<b>165.121</b>	<b>132.433</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>10.267</b>	<b>9.834</b>
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<b>175.388</b>	<b>142.267</b>
<b>8 - Valor adicionado total distribuído</b>	<b>175.388</b>	<b>142.267</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>19</b>	<b>240.925</b>	<b>166.716</b>
Custo com energia elétrica e operação	20	(109.839)	(69.513)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>131.086</b>	<b>97.203</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	21	(6.632)	(4.370)
Amortização de ágio	11	(5.887)	(5.887)
Constituição / Reversão de Litígios Fiscais	26	752	(787)
Resultado de equivalência patrimonial	10	5.515	6.888
Outras receitas		131	-
		<b>(6.121)</b>	<b>(4.156)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>124.965</b>	<b>93.047</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>22</b>		
Receitas financeiras		4.752	2.946
Despesas financeiras		(664)	(448)
		<b>4.088</b>	<b>2.498</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>129.053</b>	<b>95.545</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(40.148)	(29.402)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(305)	529
		<b>(40.453)</b>	<b>(28.873)</b>
<b>Lucro do Exercício</b>		<b>88.600</b>	<b>66.672</b>
Partes beneficiárias	15	(8.860)	(6.667)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>79.740</b>	<b>60.005</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		<b>0,5827</b>	<b>0,4385</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>112.284</b>	<b>151.225</b>	<b>10.950</b>	<b>34.088</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>308.566</b>
<b>Operações com acionistas:</b>							
Dividendos pagos no exercício 2020	-	-	-	(34.088)	-	-	(34.088)
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	-	-	-	43.329	-	(43.329)	-
Juros sobre Capital Próprio Declarados	-	-	-	-	-	(13.676)	(13.676)
<b>Resultado Abrangente Total:</b>							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	60.005	60.005
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	9	-	9
<b>Movimentações Internas:</b>							
Constituição de Reserva Legal	-	-	3.000	-	-	(3.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>112.284</b>	<b>151.225</b>	<b>13.950</b>	<b>43.329</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>320.816</b>
<b>Operações com acionistas:</b>							
Dividendos pagos no exercício 2021	-	-	-	(43.329)	-	-	(43.329)
Juros sobre Capital Próprio Creditados	-	-	-	-	-	(13.615)	(13.615)
Dividendos mínimo obrigatório Exercício 2021	-	-	-	-	-	(7.366)	(7.366)
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	-	-	-	54.772	-	(54.772)	-
<b>Resultado Abrangente Total:</b>							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	79.740	79.740
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>							
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	54	-	54
<b>Movimentações Internas:</b>							
Constituição de Reserva Legal	-	-	3.987	-	-	(3.987)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>112.284</b>	<b>151.225</b>	<b>17.937</b>	<b>54.772</b>	<b>82</b>	<b>-</b>	<b>336.300</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

## 1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. ("CEB Lajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela holding Companhia Energética de Brasília - CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. No exercício de 2021 sua sede social estava localizada na cidade de Brasília/DF no endereço SGAN Quadra 601

Conjunto H, 2º Andar Edifício ION - Asa Norte, Brasília/DF.

A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo participar da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

## 1.2 - Participação societária

A CEB Lajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco,

uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída para administrar a UHE Luis Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no Estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia.

## 1.3 - Concessão

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luis Eduardo Magalhães e

**CEB LAJEADO S.A - CEBLajeado**

**CONTINUAÇÃO**

Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de inicialmente estabelecido de duração do contrato de concessão foi de 35 (trinta e cinco) anos contados de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, todavia, com base na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2632/2021 de 14 de setembro de 2021, a Companhia obteve uma extensão da concessão de 980 dias, a ser encerrada em 22 de setembro de 2035, em função da sua participação no Mecanismo de Relocação de Energia – MRE. No período de prorrogação da concessão, a Companhia poderá comercializar sua cota parte de energia da UHE Luiz Eduardo Magalhães no Mercado Livre, já que o Contrato Bilateral firmado com Neoenenergia (sucessora da CEB Distribuição) se encerrará em 15 de dezembro de 2032. A concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Paulista Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Lajeado Energia	6,93%
Investco	1,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado. A UHE Luiz Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até 15 de dezembro de 2032. Conforme mencionado na Nota explicativa 26, o controle acionário da CEB Distribuição foi vendido pela CEB Holding à Neoenenergia, sendo a operação de venda de energia deixou de ser considerada como uma transação com parte relacionada a partir de 2 de março de 2021.

Em 2020 e em 2021 o volume contratado de energia foi de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, valor que deverá se repetir até o final do contrato, atualmente com a Neoenenergia. Presentemente a garantia física da CEB Lajeado é de 100,01 MW médios, definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017 e válida a partir do exercício de 2018 e anos posteriores.

O ano de 2021 caracterizou-se por escassez hídrica severa no segundo e terceiro trimestres e, conseqüentemente, houve uma elevação do preço da energia no Mercado de Curto Prazo ao seu valor máximo, conforme definido pela legislação vigente. Em função das determinações do Operador Nacional do Sistema – ONS sobre a geração de energia do sistema, coubesse à CEB Lajeado uma geração total de energia em 2021 de 89,79 MW médios do total gerado de energia na UHE Luiz Eduardo Magalhães, sendo que este montante é 15,2% menor que a garantia física de 100,01 MW (Geração em 2020 equivalente a 82,42 MW Médios, 17,58% inferior à garantia física).

**1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS, da COFINS, da Taxa de Fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFURH, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Do montante apurado, é dada a seguinte destinação:

- 60% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME;
- 12% são repassados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), nos termos da Lei 14.120 de 1º de março de 2021, sendo que este repasse irá permanecer até 2025; e
- 28% são retidos pela Companhia para serem investidos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC. A Companhia vem respeitando integralmente a Lei e aplicando o percentual mencionado. A rubrica de Recursos em poder da Empresa encontra-se com um saldo de R\$1.784 mil em 31/12/2021, com um saldo de disponibilidade para projetos somente no valor de R\$1.483 mil conforme Nota explicativa 16, devendo ser aplicado em projetos de pesquisa, regulamentados e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota explicativa 31.

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das Demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas. A CEB Lajeado avaliou os eventos subsequentes até 14 de fevereiro de 2021, que é a data de autorização para a emissão das Demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

**2.2 - Base de mensuração**

As Demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

**2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

**2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**(i) Redução do valor recuperável de ativos**

**Ativo financeiro:** São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro:** O saldo de investimentos, imobilizado e intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Especificamente para a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, a Companhia efetuou a análise sobre o contrato de arrendamento da CEBLajeado com a coligada Investco e concluiu que ele não está no alcance da referida norma contábil e, por essa razão, as práticas contábeis com relação a este contrato permaneceram inalteradas. A base para a Administração concluir que o referido contrato não está no alcance da norma levou em consideração, principalmente, o fato de que a Companhia: (i) não possui, substancialmente, todos os benefícios do ativo; e (ii) não direciona o uso do ativo.

**(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**

A Companhia não possui causas cíveis, trabalhistas, e regulatórias de valor relevante, possuindo somente contingências tributárias de menor relevância conforme apresentado na Nota Explicativa 26.1. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração e leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

**(iv) Amortização de ativos intangíveis**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota explicativa 11).

**(v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE**

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes, estimados pela sua área técnica, das liquidações ativas e passivas esperadas, baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados do Mercado de Curto Prazo podem diferir dos valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, todavia, as estimativas preparadas pela Entidade tem sido próximas aos valores de realização, sendo em vista o conhecimento acumulado do staff técnico da CEB Lajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

**32 - Outros assuntos relevantes**

**a) Autorização para venda da Companhia**

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 autorizando à Companhia Energética de Brasília – CEB, acionista controladora da CEB Lajeado, a alienar a sua participação acionária na Companhia, que é representada por 100% das ações ordinárias, observadas as regras previstas em seu ato constitutivo e no acordo de acionistas. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica. Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB, realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEB Lajeado, considerando que a Lei supramencionada é autorizativa.

**CLEBER ALVES PEREIRA**

Responsável Técnico / Contador CEB Lajeado  
CRC/DF 021056-0/7

**JAIRO FERNANDO MECABÔ**

Diretor Administrativo e Financeiro  
CEB Lajeado

**JOÃO WELLISCH**

Diretor – Geral  
CEB Lajeado

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Energética de Brasília – CEB-H, órgão assessor do Conselho de Administração da CEB Lajeado, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e das demonstrações financeiras do exercício de 2021, e tendo em vista as informações recebidas do representante da Nexia Teixeira Auditores, sobre o exercício referido, considerando o disposto no art. 24 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 8º, inciso III, do Regimento Interno do Comitê e com base nos documentos apresentados pela CEB Lajeado S.A. e nas informações recebidas do representante da Nexia Teixeira Auditores, concluiu, por unanimidade, que as demonstrações, no que lhes foi dado conhecer, foram elaboradas de acordo com a legislação vigente, princípios técnicos-formais e estão em ordem e adequadas em seus aspectos relevantes. Assim, com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da CEB Lajeado S.A. a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**MARCELLO JOAQUIM PACHECO**

COORDENADOR DO CAE

**JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA**

**WILMAR MOREIRA DA SILVA**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da CEB Lajeado S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2021, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 14.02.2022. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Lajeado S.A.

Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2021, nos termos propostos pela Resolução de Diretoria no 009, de 08.03.2022. Brasília, 10 de março de 2022.

**FRANCISCO CLÁUDIO LIMA**  
Presidente do Conselho Fiscal  
**FRANCISCO DE ASSIS DUARTE DE LIMA**  
Conselheiro Fiscal  
**HORMINO DE ALMEIDA JUNIO**  
Conselheiro Fiscal

**DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

12a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09/03/2022 REFERÊNCIA: Processos SEI no 00117-0000008/2021-38 e no 00117-0000016/2022-65

**INTERESSADO:**

CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

**ASSUNTO:**

Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**DECISÃO:**

O Conselho de Administração da CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado, com amparo na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no art. 23, inciso I do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração da Companhia, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos respectivos documentos complementares, e a proposta de destinação do resultado do exercício, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas e do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário. O Conselho de Administração concluiu, portanto, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, e **DECIDIU** convocar a Assembleia Geral Ordinária e submeter à sua deliberação o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados das notas explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, recomendando a aprovação, e da proposta de destinação do resultado do exercício.

**MARCELLO JOAQUIM PACHECO**

Presidente do Conselho de Administração

**IVAN MARQUES DE TOLEDO CAMARGO**

HANDERSON CABRAL RIBEIRO

RAFAEL LYCURGO LEITE

**JOÃO WELLISCH**

PATRICIA DE CARVALHO MOREIRA

TIAGO MODESTO COSTA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - RESUMIDO**

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da

**CEB LAJEADO S.A.**

**Opinião**

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado S.A. (“Companhia” ou “CEB Lajeado”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

**Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e está sendo apresentada como informação suplementar por exigência dos seus acionistas e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma contábil e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

**Sobre o Relatório**

Informamos que este relatório se trata de uma versão resumida do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras da CEB Lajeado, que foi elaborado para fins de atendimento ao art. 289 da Lei 6.404/76. O relatório completo, emitido de acordo com a NBC TA 700, pode ser acessado nos sites eletrônico <http://www.ceblajeado.com.br/> e <http://www.jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/>.

Belô Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.

**TEIXEIRA & ASSOCIADOS**

Auditores Independentes  
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20

**DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA**

Sócio e Diretor Executivo  
Contador CRC MG-14.105-0/5-S-DF-103

As Demonstrações Financeiras completas acompanhadas do Relatório está sendo publicada no *site* [www.jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/](http://www.jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/), no dia 07 de Abril de 2022.

**COND DO BL D ED GERÂNIO - RESIDENCIAL RIVIERA DEI FIORI**  
CNPJ: 05.204.575/0001-40

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Condôminos do COND DO BL D ED GERÂNIO – RESIDENCIAL RIVIERA DEI FIORI a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 19 de abril 2022, às 19h em primeira convocação, com ½ + 1 dos condôminos e às 19h:30m em segunda e última convocação com qualquer número de condôminos, no salão de festas do Condomínio Riviera Dei Fiori - Bloco D - Águas Claras, para deliberarem sobre:

- a) Ratificar as aprovações da Assembleia Geral Ordinária anterior;
- b) Baixa/Distrato do CNPJ do Condomínio;
- c) Relevar redação como crédito de taxa condominial da assembleia anterior e levar para votação como cota parte de Taxa Extra;
- d) Destinação do saldo remanescente da conta corrente do Condomínio.
- e) Prestação de contas financeiras de janeiro/2014 até abril/2022.
- f) Assuntos Gerais.

Brasília/DF, 06 de abril de 2022.  
**Luiz Antônio da Costa e Silva**  
Síndico

**EIXINHO L 212 NORTE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA**  
CNPJ nº: 10.939.971/0001-55

**Aviso de Recebimento da Licença de Operação.**

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF, a Licença de Operação, para a atividade de Posto Revendedor de Combustível, situado na SHCN Superquadra 212 – Bloco A PAG - Asa Norte – Brasília/DF processo nº: 00391-00017695/2017-22. Biól Carlos Alberto Sampaio de Paulo.

**AUTO POSTO 303 NORTE LTDA**  
CNPJ nº: 38.194.212/0001-20

**AVISO DE REQUERIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, A NÍVEL DE RENOVAÇÃO.**

Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF, a Renovação da Licença de Operação nº: 172/2020, para a atividade de Posto Revendedor de Combustível, situado na SHCN SQ 303, Bloco A, PLL 01-Asa Norte – RA I Brasília/DF processo nº: 00391-00012874/2017-73. Biól Carlos Alberto Sampaio de Paulo.